

JUVENTUDE E AS NOVAS TECNOLOGIAS: PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

YOUTH AND NEW TECHNOLOGIES: PROBLEMATIZATIONS ABOUT CONTEMPORARY SCHOOL.

Sergio Vale da Paixão¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo problematizar o papel da escola contemporânea e suas práticas de ensino considerando o atual e avançado contexto tecnológico em que os(as) jovens se encontram inseridos(as). Nossa consideração é de que sejam necessárias ressignificações na estrutura da escola bem como das práticas profissionais que levem em consideração o papel dos(as) estudantes(as) jovens produtores(as) de culturas e que, imersos(as) em suas produções culturais exigem da escola novas formas de ensinar e aprender. Para isso, acreditamos ser muito importante conceituar os termos adolescência e juventude para esclarecer sobre qual público nos interessa nessa proposta. Sendo assim, procuramos nos ancorar no conceito de juventude e de jovem para fortalecer nossa inclinação epistemológica e problematizar o ensino que acontece para esse público nas instituições escolares.

Palavras chave: juventude; adolescência; escola; tecnologias na educação.

Abstract: The present article aims to problematize the role of contemporary school and its teaching practices considering the current and advanced technological context in which young people are inserted. Our consideration is that resettlements are needed in the school structure as well as in professional practices that consider the role of culture produced by young students who are immersed in their cultural productions, require new ways of teaching and learning. Therefore, we believe it is very important to conceptualize the terms teenager and youth to clarify about which public interests us in this proposal. Thus, we seek to anchor the concept of youth and teenager to strengthen our epistemological inclination and problematize the teaching that happens to this public in school institutions.

Key words: youth; teenager; school; technologies in education.

¹ Doutor em Psicologia -UNESP. Docente Campus Jacarezinho. sergio.paixao@ifpr.edu.br

Introdução

Os discursos acerca da má qualidade da educação brasileira nos últimos tempos têm sido divulgados nos meios de comunicação com base em inúmeras justificativas, das mais diversas origens e linhas de pensamento, sejam elas advindas dos consensos populares ou até mesmo de pesquisas científicas. A má qualidade da formação inicial e continuada dos professores, os baixos salários pagos aos profissionais da educação, a ausência da família nos espaços escolares dentre tantas outras, são algumas das justificativas para os discursos de ordem depreciativa sobre a escola e sobre a comunidade escolar no contexto contemporâneo.

Em meio aos já referidos discursos, comuns nos espaços de educação formal, e que trazem a preocupação para os aspectos formativos e sobre o futuro da educação brasileira, é também comum encontrarmos questões que dizem respeito aos estudantes, atribuindo a eles certas responsabilidades e até mesmo culpas em relação a atual situação da educação brasileira. Alguns(mas) professores(as) preferem dar aulas às crianças e consideram os(as) adolescentes e jovens de hoje um público de difícil acesso e de interações quase impossíveis, considerando-os(as) maldosos(as), mal-educados(as) e violentos(as). Quando o assunto é o público adolescente/jovem matriculados no ensino fundamental II ou no ensino médio, em muitos casos, o tom do discurso é quase sempre sobre o modo como se comportam na escola e a não participação efetiva nas atividades propostas pelos(as) professores(as). O que parece é que o problema da escola está situado nesse(a) estudante “desinteressado(a), que “não quer nada com nada”, “que não gosta da escola” e “que não tem educação”, tomando algumas das expressões presentes nas falas dos(as) professores(as) em reuniões de conselhos de classe e salas de professores(as), de acordo com nossas observações diárias nas escolas.

No entanto, parece também estar claro que tais expressões e atribuições de características depreciativas em relação ao referido público nos últimos anos, se dão por uma interpretação bastante generalizada do conceito de adolescência e de juventude. Uma interpretação que não muito longe, chega a se aproximar da noção de um sujeito patologizado, de um indivíduo em fase de transição da infância para a vida adulta dotado de disfunções de ordem biológica e psicológica capazes de transformá-lo em um(a) estudante “insuportável”, ou como nas palavras ditas anteriormente, “mal educado(a)”, “violento(a)” e “sem educação”, dentre tantas outras características.

Torna-se importante, a partir dessas considerações, nos debruçarmos sobre a conceituação do que realmente significa ser adolescente e jovem, procurando evitar certas generalizações capazes de criar rótulos que possam fomentar alguns estereótipos nos espaços da escola e prejudicar a formação desse sujeito de direitos (SILVA; LOPES, 2009). Nosso objetivo, no que concerne à explicação do que pensamos sobre esses conceitos, não é, em hipótese alguma, tornar um discurso paternalista em relação a esse público, mas tentar melhor entender quem são esses(as) estudantes inseridos(as) na sociedade em constante transformação e que produzem alterações de ordem cognitiva sobre eles(as) (MORENO; SASTRE, 2003). Ou também, como nas palavras de Sibília (2008, p.15) “Nesse movimento, transformam-se também os tipos de corpos que são produzidos no dia a dia, bem como as formas de ser e estar no mundo que são compatíveis com cada um desses universos.”.

Em outras palavras, como afirma Kilpatrick (2011, p.99):

[...] se olharmos além da superfície para esse novo conceito de educação, não veremos atitudes permissivas, mas um esforço muito sério para colocar em funcionamento o melhor que conhecemos do caráter construtivo. Isso não significa suavidade, mas pensamento consciente acompanhado do conhecimento científico acessível como forma de aprendizagem.

Contudo, ainda justificando nossa opção por trazer à tona a discussão acerca dos conceitos de adolescência e juventude, é válido dizer que não temos a pretensão de apresentar um conceito uniformizado, mas apresentar minimamente as diferenças entre os dois termos buscando, ao final, encontrar respostas e refletir sobre certos encaminhamentos metodológicos e iniciativas em políticas públicas educacionais que possam atender as necessidades desse grupo que aqui reconhecemos como sujeitos sociais (DÁVILA LEÓN, 2005) imersos em meios sociais virtuais e tecnológicos.

Vale, portanto, dizer, que os termos Adolescência e Juventude, recebem no Brasil conotações similares sem distinção em relação ao verdadeiro sentido de cada um dos termos². Existe a tendência de utilização dos conceitos de adolescência e juventude de maneira sinônima e homologada entre si, “especialmente nos campos de análise da Psicologia geral, e em suas ramificações, como a psicologia social, clínica e educacional, o que não corre com tanta frequência nas ciências sociais” (DÁVILA LÉON, 2005 p.11).

Na escola, por exemplo, é comum se ouvir fazer referências aos estudantes do ensino fundamental e médio, ora chamando-os por adolescentes, ora por jovens. Para o que aqui nos interessa saber, que é conhecer melhor as concepções desses dois termos, achamos por bem compreender os conceitos na seguinte perspectiva: o termo adolescência está ligado a uma fase da vida humana vinculado às questões de ordem psicológica voltada a um sujeito em sua fase de transição da vida de criança para a vida adulta, já por juventude, entendemos a fase de inserção desse sujeito em seus círculos sociais, seus diálogos em espaços públicos com seus pares inscritos em tempos e espaços marcados por suas ações das mais diferentes naturezas.

² Mais sobre o assunto: Estatuto da Juventude (Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm acesso em: 08/05/18

O termo adolescência está vinculado às teorias psicológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, pautado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva. Ao passo que Juventude parece ser privilegiado no campo das teorias sociológicas e históricas, no qual a leitura do coletivo prevalece. Sendo assim, “Juventude só poderia ser entendida na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história” (SILVA; LOPES, 2009, p.88).

Neste sentido, tomaremos neste artigo, após uma breve explicação acerca da compreensão desse público sob duas vertentes diferentes a) Visão desenvolvimentista da adolescência e b) Visão sociológica da juventude. Compreendemos os dois termos como importantes para entendermos o papel desse grupo de sujeitos sociais e como a escola os tem observado nesses espaços de educação formal.

Torna-se importante dizer que a problemática até aqui apresentada na consideração de um repensar e ressignificar os espaços da escola com vistas a uma aprendizagem significativa onde a cognição e a emoção caminham numa mesma direção, só se torna possível quando se leva em consideração as singularidades dos sujeitos que aprendem, por isso nossa preocupação em trazer a conceituação dos termos e de como são compreendidos pela escola.

Ainda que inúmeros documentos relevantes nas políticas públicas brasileiras façam referências a essa perspectiva³, ou seja, a de se organizar encaminhamentos voltados à realidade cultural, social e histórica dos(as) estudantes, levando em consideração as características dos grupos discentes, parece-nos que muito pouco tem sido verdadeiramente se efetivado nessa direção. Sendo assim, justificamos nossa inclinação para as questões que

³ Destacamos os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais como o principal documento que aborda essa temática. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC/SEF, 1997.

valorizem os estudantes em seus meios sociais e suas produções culturais para que, observando essa realidade, possa-se ressignificar o papel da escola e das práticas educativas.

Procuraremos, nesse contexto, apresentar tais concepções, a de adolescência e juventude, tal como tem sido problematizado na contemporaneidade trazendo contrapontos em diálogos com nossa experiência docente no contexto da escola.

Adolescência e Juventude: conceitos e contextos

O perfil do(a) adolescente, por uma ótica desenvolvimentista, está marcado pelos seus atributos psicológicos e até mesmo biológicos (COIMBRA; BOCCO e NASCIMENTO, 2005). Nesse aspecto, o sujeito que se encontra na fase da adolescência, é visto com suas características físicas e psicológicas, tais como mudanças hormonais, corporais, mudança de voz etc, além das alterações de humor e instabilidades emocionais.

Tais características passam a ser percebidas como uma essência, em que “qualidades e defeitos como rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, timidez e introspecção passam a ser sinônimos do ser adolescente, constituindo uma identidade adolescente.” (COIMBRA; BOCCO e NASCIMENTO, 2005, p.5).

Importante notar que, ainda segundo as autoras, essa visão do comportamento de adolescente, no que diz respeito ao seu desenvolvimento, está bastante acentuada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tal documento, importantíssimo para a garantia dos direitos e deveres desse público, está pautado em concepções de ordem comportamental e do desenvolvimento – de ordem biológica – deixando de lado uma concepção de ordem plural, que possa abarcar sentidos múltiplos em uma vertente social, levando em consideração suas diferenças e posições que ocupam na sociedade.

Ainda nesta direção, é importante considerar que esta visão de adolescência percebe o sujeito numa perspectiva homogênea, a partir de uma identidade única, tomando como certo um perfil generalizado para todos os inscritos nesta fase da vida que, segundo a legislação brasileira⁴, compreende dos doze aos dezoito anos de idade. Tal conceito homogeneizante nega a multiplicidade e as diferenças destes sujeitos, pois entende tais características desse grupo etário, como já mencionamos, como uma “identidade adolescente”.

Os poderes juvenis de compreensão e cognição podem ser experimentalmente estudados e, com planejamento, aplicados à aprendizagem e ao estudo mas a sua relação com a imaginação ideológica é muito pouco conhecida. (ERIKSON, 1976, p.243).

Ao colarmos uma etiqueta referendada por leis previamente fixadas e embasada nos discursos científico-racionalistas, “pode-se criar um território específico e limitado para o jovem, uma identidade que pretende aprisioná-lo e localizá-lo, dificultando possíveis movimentos” (COIMBRA; BOCCO e NASCIMENTO, 2005, p.6).

Neste sentido, não nos estranha a forma como as ações educativas são organizadas – quando organizadas – uma vez que a elaboração de um conceito acerca de uma identidade que nega as diferenças corrobora com a compreensão de um grupo etário igual a todos os espaços da escola e, inevitavelmente, o surgimento de preconceitos em relação a esse público não considerando as multiplicidades e diferenças presentes.

Normalmente, quando psicólogos descrevem ou fazem referências aos processos que “marcam esta fase da vida (a puberdade, as oscilações emocionais, as características comportamentais que são desencadeadas pelas mudanças de *status* etc) usam o termo adolescência” (DÁVILA LEÓN, 2005, p.7).

⁴ De acordo com a lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Adorno (1995, p.178) ao comentar a favor da emancipação, alegando ser ela assunto urgente em uma democracia, discute também o papel da identidade na formação escolar sob a ótica da autoridade. Segundo o autor “o modo pelo qual ‘falando psicologicamente’ nos convertemos em um ser humano autônomo, e, portanto, emancipado, não reside simplesmente no protesto contra qualquer tipo de autoridade”. De acordo com Adorno, “afirma-se que a sociedade é dirigida de fora” o que permite a compreensão sobre a menoridade, entendida por ele como um sujeito não-autônomo. Adorno (1995, p.180) ainda defende que “a emancipação precisa ser acompanhada de uma certa firmeza do eu”, o que nos faz refletir sobre a atribuição de uma identidade única a um determinado grupo e o que isso pode trazer de malefícios a uma instituição escolar incapaz de enxergar estratégias de trabalho com a multiplicidade em detrimento a uma identidade única.

Considerando a concepção de adolescente baseada em uma identidade unificada e, aproximando o discurso das palavras de Adorno sobre o sujeito não emancipado, é interessante pensarmos por um viés mercadológico e capitalista a que esse público se encontra exposto e, de certa forma, vitimado.

De acordo com Sibília (2008, p.10):

Tanto na internet quanto fora dela, hoje a capacidade de criação é sistematicamente capturada pelos tentáculos do mercado, que ataçam como nunca essas forças vitais e, ao mesmo tempo, não cessam de transformá-las em mercadorias.

São bastante comuns nos dias de hoje estratégias de *marketing* voltadas ao público jovem gerando uma rentável indústria de serviços especializados em consonância com o mercado do capital que tudo transforma em mercadoria. Crianças, jovens, e idosos têm funcionado, cada vez mais, como grandes geradores de empregos em busca de atividades terapêuticas e preventivas, na busca de qualidade de vida correta, adequada e saudável (COIMBRA; BOCCO e NASCIMENTO, 2005).

Diante do exposto, nos é pertinente tecer críticas às perspectivas que, como dissemos, preconizam o(a) adolescente como inscrito em grupos homogêneos com identidades próprias e comuns a esse grupo nas quais negam as diferenças e multiplicidades de subjetividades e acabam por determinar práticas e políticas públicas educacionais que não valorizam o desenvolvimento voltado aos aspectos sociais, as interações, o papel do outro e da produção de subjetividades, bem como negam o papel das culturas, no sentido plural da palavra.

Pluralizar o momento de referir-nos a estes coletivos sociais, isto é, a necessidade de falar e conceber diferentes adolescências e juventudes, em um sentido amplo das heterogeneidades que se possam apresentar e visualizar entre jovens e adolescentes (DÁVILA LEÓN, 2005, p.10).

Neste sentido, segundo o mesmo autor, é importante que reconheçamos que o conceito para o termo adolescência e para a juventude, apesar de estar vinculado às pesquisas científicas também corresponde “a uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais vieram adquirindo denotações e delimitações diferentes.” (DÁVILA LEÓN, 2005, p.10).

Ainda sobre a consideração desse(a) adolescente, considerando seus aspectos que o caracterizam sob uma conotação negativa, incluindo até mesmo seu reconhecimento como alguém hostil e temido (JUSTO, 2005, p.63) trazendo os “problemas para a escola”, como na fala de alguns(as) professores(as) ou dos adultos, de modo geral, como temos observado cotidianamente é válida a reflexão sobre os aspectos que dizem respeito à cognição e as emoções desse público. O que motiva este(a) adolescente nas ações cotidianas? Quais têm sido os espaços de convivência e de interação dos(as) estudantes, nesta faixa etária? Como aprendem as inúmeras inovações da atualidade trazidas por eles à escola para utilizarem durante as aulas? Suas apropriações e circulação social nas redes sociais e suas

produções nesses espaços ocorrem exatamente por suas características biológicas e psicológicas⁵?

Diante de tais indagações surge um questionamento maior: estaria a escola negando aos estudantes seu desenvolvimento, suas aprendizagens sob a máxima de uma identidade homogênea que caracteriza esse grupo sob um perfil negativo? Por isso mesmo os fenômenos típicos da adolescência são expressões privilegiadas das tendências da contemporaneidade que ressoam com maior rapidez e transparência. Não é a toa que questões como a violência, o uso de drogas, o desemprego e a inserção no mercado de trabalho tornam-se mais agudas ou se expressam com maior radicalidade nessa fase (JUSTO, 2005, p. 63).

No que diz respeito à juventude sob a ótica sociológica, Coimbra; Bocco e Nascimento (2005, p.4) nos apresentam o conceito como um “fenômeno cultural produzido pelas práticas sociais em determinados momentos históricos. A figura do(a) jovem é totalmente engendrada pelas práticas sociais.” Quando sociólogos, demógrafos e historiadores se referem à categoria social, como segmento da população, como geração no contexto histórico, ou como atores no espaço público, o termo mais usado é juventude. (DÁVILA LEÓN, 2005 p.7).

Por uma vertente social da compreensão de juventude, acreditamos no desenvolvimento atravessado por questões de ordem social, nos papéis ocupados pelos sujeitos nas inúmeras situações em que se fazem presentes, atravessados pelas relações e interações com o outro nas comunidades em que estão inseridos. Comunidades a que chamamos, quando o assunto é a formação humana, de comunidades de aprendizagem que, segundo Torres (2015, p.1).

(...) constrói um projeto educativo e cultural próprio, para educar a si mesma, as crianças, jovens e adultos, graças

⁵ As questões apresentadas nesse parágrafo servirão apenas para reflexões, não necessariamente serão respondidas ao longo do artigo.

a um esforço endógeno, cooperativo e solidário baseado em um diagnóstico não apenas de suas carências, mas, sobretudo, de suas forças para superar suas carências.

A interação comunicativa da juventude contemporânea tem acontecido nos mais diversos espaços, sejam eles presenciais ou virtuais. Kramersch (1986, p. 637), ao tratar a interação comunicativa nos estudos da linguagem a define da seguinte forma:

A interação sempre implica negociação dos sentidos pretendidos, isto é, ajuste da fala de alguém ao efeito que esse alguém pretende causar no ouvinte. Implica antecipação da resposta do ouvinte e das possíveis compreensões errôneas, esclarecendo a respeito de suas próprias intenções do outro e chegando à combinação mais próxima possível entre os sentidos pretendidos, percebidos e antecipados.

Tal interação, a possibilidade de ser e estar no mundo em face do outro, ou seja, nos ajustamentos e expectativas em relação ao outro, é o que torna importante e urgente uma ressignificação dos espaços de formação, o que aqui chamamos, de comunidades de aprendizagem. Tais comunidades, presentes constantemente na vida do sujeito, produzem significações ao ser e estar no mundo, e a valorização destes espaços, em consonância com a compreensão de um público inserido em novos ambientes de convivência, que nos reafirma a noção de sujeitos sociais inseridos em culturas e histórias diversas, é o que nos motiva a pensar tal ressignificação dos reais, mas também virtuais, como locais que devam ser utilizados pela escola para a formação dos(as) estudantes, ou seja, para a formação humana.

Guattari e Rolnik (1986, p.20) quando tratam da produção de subjetividades comentam que ela “não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material”. Neste sentido, fortalecemos nossa defesa na construção não de uma identidade única do sujeito, que ordena e desenha o grupo como um todo, mas, ao contrário, consideramos as multiplicidades desse grupo, considerando também seus ambientes de interação não só comunicativa, mas nas inúmeras interações e

produções individuais e coletivas que ocorrem em espaços sociais, culturais e históricos.

As teorias sociológicas ocupam outro importante bloco no panorama das concepções acerca da juventude, compreendidas, de modo geral, como o resultado de tensões e pressões que veem do contexto social, fundamentalmente relacionadas com o processo de socialização do sujeito e de aquisição de papéis sociais. (SILVA; LOPES, 2009, p.91).

É válido que consideremos o conceito desses termos, o de adolescente e jovem, para que possamos não apenas dar ênfase e distinguirmos um termo do outro, mas, sobretudo, para que possamos refletir e redesenhar os espaços de formação a que esse grupo de sujeitos encontra-se inserido e que, muitas vezes, não levam em consideração tais conceitos e acabam por não preencher certas lacunas no que tange à formação não apenas acadêmica e intelectual, mas principalmente na formação integral⁶ desse sujeito.

O diálogo a que nos propusemos realizar neste artigo conceituando diferenças entre esses dois tão importantes conceitos, caros à escola contemporânea, nos permite uma ressignificação e uma ampliação de sentidos no que concerne não só aos sujeitos em questão, mas aos espaços de formação e aos métodos utilizados para o ensino e aprendizagem, uma vez que consideramos que “na juventude, experimenta-se a validade desse mundo de convivência na aceitação e no respeito pelo outro a partir da aceitação e do respeito por si mesmo, no começo de uma vida adulta social e individualmente responsável” (MATURANA, 2002, p.29).

Neste sentido, defendemos uma multiplicidade das juventudes para alcançar uma compreensão mais ampla e fiel com relação às heterogeneidades produzidas pelos coletivos sociais dos jovens” (SILVA; LOPES, 2009, p.92). Deste modo, categorizar e, em nossa pretensão, divulgar

⁶ Por educação integral entendemos práticas educativas que atendam todas as dimensões do desenvolvimento humano e não apenas dos conhecimentos científicos curriculares.

esse dois termos em contextos educativos nos quais estamos inseridos nos permite trazer à tona as urgências de ações sociais e políticas públicas educacionais para atender a esse grupo de sujeitos contemporâneos. Permite-nos também compreender o atual estado em que se encontram inseridos estes sujeitos sociais na atualidade, revestidos de conteúdos singulares e intensidades.

Assim, para sermos bastante pontuais naquilo que aqui estamos propondo, e para delimitarmos não só o grupo que nos é interessante mas para também deixar clara a nomenclatura adotada é que nos ancoramos nas palavras de Coimbra; Bocco e Nascimento (2005, p.7) que também preferem utilizar os termos jovens e juventude ao invés de adolescente e adolescência “uma vez que podem não se referir estritamente a uma faixa etária específica, nem a uma série de comportamentos reconhecidos como pertencendo a tal categoria”. Ainda segundo as autoras, é preciso observar neste público “as forças que atravessam e constituem os sujeitos em vez das formas com que se tenta defini-los”.

Uma vez entendidos como partícipes ativos na construção social, histórica e cultural e problematizando as multiplicidades identitárias dessa geração, nos é caro compreender as demandas desse grupo de sujeitos em transformação e transformadores de seus tempos espaços e de sua cultura.

Valorizar suas interações, sejam elas reais ou virtuais, possibilita-nos aceitar suas produções culturais que se organizam a partir de suas relações sociais e que exigem da escola posturas educativas que valorizem as várias vozes que constituem e permeiam o sujeito cognoscente. Políticas educacionais que entendam a formação humana no universo escolar marcada não apenas pela cognição, mas, sobretudo, pelas emoções encontradas nos conflitos, resoluções de problemas, desenvolvimento da criatividade e, porque não dizer, nas artes, nos idiomas, na matemática, enfim, nas disciplinas encontradas no currículo escolar. Nesta direção é que passamos a defender

novamente a ressignificação da escola por uma ótica da multiplicidade humana e não dos estereótipos e das classificações identitárias globalizantes.

Pensar a juventude em tempos atuais é, de fato, dirigir nosso pensamento não apenas aos sujeitos marcados pelas características biológicas ou psicológicas, conforme já propusemos a comentar quando citamos o termo adolescente e/ou adolescência, mas é considerar suas posições, produções e sua inserção em espaços de comunicação cada vez mais virtuais. Pensar a juventude contemporânea é pensar os instrumentos de comunicação e de produção de subjetividades marcadas pelas ausências pessoais e existenciais e pela necessidade de se fazer visto a qualquer custo, como é o caso das *selfies*⁷ do momento. Ou ainda como nos traz Sibília (2008, p.12) “(...) dos diários extimos de acordo com o trocadilho que procura dar conta dos paradoxos dessa novidade que consiste em expor a própria intimidade nas vitrines globais da rede.”.

Problematizar o papel do jovem na atualidade é caminhar em direção às propostas e políticas públicas educativas que valorizem as especificidades do ser humano não com identidades e pré-conceitos marcados por estruturas que legitimam grupos e desconsideram as heterogeneidades presentes nas esferas sociais, culturais e histórias, mas valorizam as multiplicidades e diferenças.

Bauman (2013, p.27), nesse sentido, comenta ainda que “para ser uma pessoa e ser visto como tal torna-se necessário demonstrar a capacidade de ser outra.” Pensar a “Modernidade Líquida”, segundo Bauman, é problematizar também a realidade das relações e das necessidades que as novas gerações – e também as não tão novas – têm em fazer uso das atuais e novas tecnologias para estarem inseridas em grupos nas esferas sociais. O número de artifícios tecnológicos está cada vez mais disposto para as convivências,

⁷ De acordo com o dicionário Oxford, o termo *Selfie* refere-se à fotografia que alguém tira de si mesmo, em geral, com *smartphone* ou *webcam*, e carrega em uma rede social para torná-la pública para seus contatos.

compartilhamentos de informações e aproximação de pessoas em grupos distintos. Tais artifícios, sedutores por suas inúmeras possibilidades de utilização e de benefícios, são deixados de lado em um piscar de olhos à medida que um novo modelo apareça no mercado. As relações mantidas nos espaços virtuais, assim como os aplicativos, também são deixadas de lado na mesma proporção em que tais espaços já não são mais interessantes para os(as) usuários(as). E lá se vão milhares de amizades, curtidas, dados compartilhados etc em um simples clicar de um botão que desativa, elimina, neutraliza ou apaga uma conta nessas redes.

A observação dessa prática, a de eliminar em fração de segundos as amizades mantidas ao longo de um tempo em que se estava presente em determinada rede social, permite-nos também compreender a fragilidade e a insustentabilidade das relações humanas pessoais, em espaços externos a essas redes sociais virtuais de comunicação (BAUMAN, 2013).

Nossa observação e experiência enquanto também usuários das redes sociais da internet nos permite dizer que nas relações face a face já não há mais lugar para o diálogo, para discutir relações, conversar sobre a vida, o que há pouco tempo eram ações convencionais nas relações humanas. Natural, inclusive, que não se veja mais as relações pessoais como em outras épocas em que os olhares, os gestos, o corpo a corpo estavam presentes. Não encontramos mais os grupos de jovens nas praças, nos *shoppings*, nas ruas e lanchonetes e, quando os vemos, lá estão todos munidos de um *smartphone* de última geração em uma acelerada conversa, em alguns casos, trocando informações entre eles mesmos.

Tal cenário, não nos autoriza mensurar, tampouco avaliar, o que também não é nosso interesse, o antes e o depois como sendo tempos melhores ou piores, mas compreender a atual realidade na qual nos encontramos. Sendo assim, nossa postura é a de problematizar as alterações pelas quais temos passado e, ao menos, considerar que os espaços reais e

virtuais de circulação social têm se alterado rapidamente e explicitamente ao longo dos últimos anos pois acreditamos, assim como Couto e Rocha (2010, p.21) que “as dinâmicas que misturam e pulverizam as identidades contemporâneas estão também fortemente presentes nas redes sociais, típicas da cibercultura [...]”.

Considerar o referido contexto e, ao mesmo tempo, validar a proposição de que estamos vivendo novos tempos em que sejam necessárias alterações na práxis pedagógica é ir ao encontro de ressignificações no papel da formação humana, ou seja, na direção de uma educação integral no ambiente da escola.

Considerações Finais

Procuramos ao longo deste artigo, trazer provocações acerca do papel da escola contemporânea dada a nova configuração de estudantes(as) que chegam a essa instituição nos dias de hoje inseridos em culturas múltiplas. Reconhecer o papel do(a) jovem como produtor(a) de sua própria cultura, bem como valorizar os espaços de circulação e formas variadas de comunicação que ocorrem dentro das esferas virtuais, é validar a ideia de que a escola, assim como inúmeras outras instituições, precisam ressignificar suas práticas e planejamentos de trabalho para atender a atual demanda.

Nossa intenção em distinguir os conceitos de adolescência e juventude, bem como a de se ancorar no segundo conceito, ou seja, o de juventude para estudantes do ensino médio, dá-se exatamente pela forma como é reconhecida por suas produções e inserções sociais ativas, capazes de produzir suas próprias culturas e transformar seus entornos por vias de práticas significativas em movimentos sociais diversos. A adoção do conceito de jovem e de juventude, dentro desse aspecto, permite-nos justificar nossa inclinação e

adoção de práticas profissionais que colaborem para ressignificações o papel da instituição formal de educação que é a escola.

Acreditamos que por meio de práticas de ensino significativas que atendam as reais necessidades dos(as) jovens de hoje, é possível que se diminua a evasão escolar pois acreditamos que ao “falar a língua” dos(as) estudantes(as), e ao elaborar projetos de trabalho que façam sentido para esse público e que dialoguem com suas realidades sociais a que estão inseridos e expostos, podemos construir instituições de ensino que cumpram com suas funções na formação não apenas acadêmica dos(as) discentes, mas para uma educação integral dos(as) jovens da atualidade.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COIMBRA, C.C; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n.1, p. 2-11, 2005.
- COUTO, Edvaldo Souza; ROCHA, Telma Brito. **A vida no Orkut: narrativas e aprendizagens nas redes sociais**. Salvador: EDUFBA, 2010
- DÁVILA LÉON, Oscar. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. Ação educativa. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>>. Acesso em: 16/02/2015.
- ERIKSON, Erik H. **Identidade, Juventude e Crise**. 2. ed. Rio de Janeiro. ZAHAR Editores. 1976.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

JUSTO, José Sterza. O “ficar” na adolescência e os paradgmas dos relacionamentos amorosos na contemporâneidade. **Revista do Departamento de Psicologia** – UFF – V.17 – n1, p.61-77 – Jan./Jun. 2005.

KILPATRICK, Willian Heard. **Educação para uma sociedade em transformação**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2011.

KRAMSCH, Claire. From language proficiency to interactional competence. **The Modern Language Journal**, v. 70, n. 4, p. 366-72,1986.

MATURANA, Humberto. **Cognição, Ciência e Vida Cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MORENO, M.; SASTRE, G. O significado afetivo e cognitivo das ações. In: ARANTES, V.A. (org.) **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2003., p 87-106.

SIBÍLIA, Paula. **O Show do eu**. A intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: nova fronteira, 2008.

SILVA, C.R; LOPES, R.E; Adolescência e Juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar**. São Carlos, Jul-Dez 2009, v.17, n. 02.

TORRES, R. M. **Comunidade de Aprendizagem: a educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/23527865/A-educacao-em-funcao-do-desenvolvimento-local-e-da-aprendizagem#scribd>. Acesso em: 06/01/2015.

